

Cadernos de Estudos Lingüísticos

Número 3, 1982

Páginas 06-20

LEITURA E ALFABETIZAÇÃO

Luiz Carlos Cagliari

UNICAMP

1. Para se entender melhor o que se dirá a respeito das primeiras leituras na escola, é preciso antes rever alguns pontos importantes da realidade lingüística da criança e do processo de alfabetização.⁽¹⁾

Em primeiro lugar, convém lembrar que na aula de Português, o professor não ensina a língua para falantes nativos, pois todos já a sabem. A função da escola é ensinar como o Português (e a linguagem de um modo geral) funciona, e habilitar os alunos a estenderem ao máximo os usos que eles podem fazer de sua língua nas mais variadas situações. Em outras palavras, a função da escola é ensinar como a língua falada, a leitura e a escrita (texto e ortografia) funcionam.

Por isso, não há nenhuma pedagogia possível do português sem um conhecimento lingüístico da língua. A competência profissional é necessária para

qualquer atividade. Nossas escolas de formação de professores se preocupam muito com a parte aplicada, com técnicas metodológicas e burocracias pedagógicas, esquecendo-se do mais importante: capacitar o professor a ser alguém que conhece realmente os problemas de linguagem e, sobretudo, a língua que ensina. Um conhecimento superficial não basta, é preciso conhecer a língua a fundo. O que os nossos professores de português sabem da língua que ensinam e de seus usos? Os alunos de nossas escolas aprendem porque o professor ensina ou porque eles acabam descobrindo o que o professor queria dizer e o que devem fazer na escola? Até que ponto o jogo da escola é explícito e honesto?

2. Quando uma criança entra para a escola com sete anos (ou mesmo com cinco), ela já domina a língua falada. Nas suas relações sociais, é capaz de utilizar a sua língua materna para entender o que lhe dizem, como é capaz de dizer tudo o que pensa. Em outras palavras, uma criança nessa idade já pode ser considerada lingüísticamente madura. Sem dúvida, poderá não entender algumas palavras que ouve, mas isso acontece também com as pessoas adultas e cultas. O domínio do lêxico da língua nunca será atingido em sua plenitude por nenhum falante. Esse é um problema secundário na estruturação de uma língua pelos falantes.

A variedade lingüística que a criança usa é tão complexa como qualquer outra, e em sua fala

ela se utiliza de regras muito precisas e não raramente de grande complexidade, como acontece com a fala dos adultos de qualquer variedade da língua. Um estudo detalhado da fala das crianças nessa idade, comparado com a fala dos adultos, revela isto. Por isso a escola não é para corrigir o português das crianças, é para ensinar como ele funciona, os usos que tem, as variedades que a apresenta e seus valores sociolinguísticos. Além disto, a escola ensina o aluno a ler e a escrever, usos novos da linguagem para ele.

3. É muito raro o caso de classes de alunos que usam, no dia a dia, uma fala próxima da fala do dialeto de maior prestígio social (ou dialeto padrão, ou norma culta ...) ou, como prefiro dizer aqui, uma fala segundo o dialeto da escola. A grande maioria de nossos alunos, ao entrarem na escola pela primeira vez, levam para as salas de aula o tipo de português que usam em casa e no meio social em que vivem. Vamos encontrar, então, nas salas de aula, uma variedade de dialetos em uso pelos alunos, causando uma grande heterogeneidade linguística, sobretudo nas grandes cidades, devido às migrações.

Por outro lado, sabemos que no quadro nacional da língua portuguesa, há variedades de prestígio e há variedades estigmatizadas pela sociedade. A língua vem recheada de valores sociais, econômicos, ideológicos, políticos, religiosos, etc. Não existe um uso neu

tro da linguagem. A linguagem revela sempre um status social e não raramente também uma origem geográfica. Sem dúvida alguma, um rapaz ou uma moça elegantemente vestidos jamais conseguirão um emprego numa botique de Ipanema, se falarem com sotaque caipira ou utilizarem qualquer outra variedade muito marcada da língua portuguesa.

A escola deve não só ensinar como a fala de seus alunos funciona, quais os usos e valores que tem, mas também faz parte das atividades da escola treinar os alunos a usarem adequadamente o dialeto da escola, ou seja, a variedade padrão da língua. Determinar o que é variedade padrão da língua é um assunto bastante complicado, que não se vai discutir aqui. De um modo geral e de maneira bem simplificada, significa a fala das pessoas cultas, educadas, independentemente da região do país, a fala utilizada por locutores profissionais em programas de rádio e televisão.

O ensino da variedade de prestígio é uma forma de promoção social que a escola não pode descuidar, como não deve se omitir de ensinar também como funcionam outras variedades da língua que os alunos usam. Não há nada de errado no fato dos alunos, por um lado, aprenderem o dialeto da escola e saberem usá-lo quando necessário, e por outro, manterem o próprio dialeto para uso familiar e no meio social em que vivem. Um tipo de fala não interfere no outro necessariamente. Pelo contrário, sabemos que em muitas comunidades há pessoas que falam várias línguas ou que falam dialetos diferentes de uma

mesma língua, sem misturá-los.

É principalmente através da leitura que os alunos vão adquirir o dialeto da escola. Alfabetizar um aluno que não é falante do dialeto da escola pode ser tão difícil quanto lhe ensinar uma língua estrangeira. Por conseguinte, para alguns alunos, ler algo escrito no dialeto da escola pode ser tão difícil quanto ler numa língua estrangeira. O que se exige dos alunos e o modo como se exige faz parte dum jogo que, muitas vezes, nem mesmo os professores experientes são capazes de avaliar corretamente. Mas porque a linguagem é algo natural ao homem, e os alunos tem uma capacidade incrível de aprender, eles acabam se alfabetizando apesar da escola.

4. Os problemas de variação lingüística não devem ser confundidos com problemas de fala defeituosa, nem se deve considerar carente o aluno que não usa o dialeto da escola.

Problemas de patologia lingüística ocorrem muito raramente em nossas escolas, ao contrário do que algumas pessoas estão querendo achar hoje em dia. Por exemplo, há professores (e autores de livros didáticos) que acham que alguns alunos não conseguem distinguir sons surdos de sons sonoros como p-b, t-d, k-g, s-z, etc., e acham, portanto, que esses alunos necessitam de terapia de fala porque não distinguem um som surdo de um som sonoro. Acontece, porém, que esses mesmos alunos dizem sem dificuldades sons como m, l, a, i, etc. de maneira sonora. O

fato deles dizerem p, t, k ... em lugar de b, d, g ...obviamente, não é porque são incapazes de dizerem ou de reconhecerem sons sonoros, isto é, não é um problema de discriminação auditiva ou de incapacidade fonatória. Eles simplesmente falam variedades do português onde alguns tipos de sons s̄o ocorrem na forma desvozeada. Um exemplo semelhante, mas funcionando no sentido oposto, ocorre no sotaque sírio-libanês do português, onde as consoantes oclusivas s̄o ocorrem de maneira sonora (cf "babai" por 'papai'; "gombrende" por 'compreende', etc.). Embora o sistema fonológico fique bastante alterado, no entanto, a compreensão de enunciados, nestes casos, não é tão difícil quanto alguém poderia imaginar.

O aluno que entra para a escola consegue, não raras vezes, fazer uma análise fonética de sua fala melhor do que alguns professores incompetentes e cheios de preconceitos que têm, muitas vezes, uma visão da língua falada baseada nas formas ortográficas da escrita. Por isso é que não é raro um aluno de primeiro ano dizer que "laps" (lápiz) tem uma sílaba, "takisi" (táxi) tem três, que "transbordar" é com "z" e que "transportar" é com "s", recebendo uma correção do professor por algo que não é justo. Todo o mundo deveria saber que o nosso sistema de escrita não tem sílabas como unidades e que as perguntas a respeito de sílaba s̄o podem se referir à realidade falada da língua. Nas aulas de português, devem estar sempre presentes as relações que existem entre a língua falada, a língua escrita e a leitura.

5. A escrita não é um espelho da fala, mas uma realidade lingüística à parte. A fala tem aspectos que a escrita mostra só raramente ou não revela nunca. O nosso sistema de escrita privilegia os segmentos fonéticos e raramente inclui alguma sinalização suprasegmental como entoação, ritmo, velocidade de fala, qualidade de voz, etc. Mesmo com relação aos segmentos, nosso sistema ortográfico não transcreve os fonemas, nem os alofones da língua, mas letras. A sua finalidade é permitir a leitura por falantes de épocas diferentes e de dialetos diferentes. Por isso, qualquer tentativa de reforma ortográfica é ilusória e tem sempre como resultado algo pior do que o que já existe. Para quem quiser transcrever a fala com vigor e detalhes, existem as transcrições fonéticas, que respeitam as variedades regionais e sociais da língua, e até mesmo as idiossincrasias de cada falante. A finalidade da escrita é simplesmente permitir a leitura e quanto maior for seu alcance no tempo e no espaço tanto melhor.

6. A leitura, por sua vez, não é a fala da escrita. Descobrir o que está escrito não é ler, é decifrar. A leitura pressupõe um amadurecimento de habilidades lingüísticas, desde o processo de produção oral da fala, até o raciocínio sobre um pensamento exterior, expresso por outra pessoa.

O processo de leitura e escrita, em suas fases iniciais, devem estar intimamente ligados ao reconhecimento dos sons da fala. Isto significa que a crian-

ça deve aprender a ler e a escrever associando essas duas habilidades novas para ela a uma habilidade já desenvolvida como a fala. Por essa razão, me parece ser interessante fazer a alfabetização, na fase inicial, não sobre a ortografia da língua, mas sobre uma representação escrita da língua que seja mais clara e fácil para a criança. Pelo que sei, até agora não dispomos de estudos que permitam a elaboração desse sistema de escrita, que seria próprio para a escola e sobretudo para o início da alfabetização. Eu penso, por exemplo, em escrever palavras da seguinte forma, segundo essa perspectiva:

Forma ortográfica	Escrita para alfabetização
casa	kaza, kaza _ç
dia	dia, djia
homem	ômẽĩ, ômẽnh
mar	ma _~ r, marr, max, mah
porta	pôrta, poxta, pohta, po _^ rta
exercício	ezersisiu
resto	xêstu, xêchtu

onde ç = vogal desvozeada, x = fricativa velar surda, _^r = R-retroflexo...

Essa prática teria a vantagem de fazer ver à criança que a ortografia não espelha a fala, mas é simplesmente uma forma que permite a cada falante dizer em seu dialeto (ou de outrem, se assim preferir) uma mensagem lingüística. Por outro lado, isto evita de se passar aos alunos o medo de se escrever errado e a obri-

gação de conhecimento imediato das formas ortográficas de qualquer palavra da língua a qualquer hora. Essa abordagem, no entanto, deve vir acompanhada da prática indispensável de consulta ao dicionário, sempre que o aluno não conhece a forma ortográfica de uma palavra ou tem dúvidas a esse respeito. O aluno precisa ter bem claro para si que a escola lhe ensina duas coisas: uma é a habilidade de escrever e ler associada à realidade fonética de sua língua, e outra, é o uso ortográfico da escrita, segundo as suas regras próprias. O professor deverá ainda alertar para as ocasiões em que o aluno deve usar o sistema ortográfico em sua escrita, e para as ocasiões em que deve simplesmente "transcrever" sua fala ou a de outrem.

7. É mais interessante iniciar o treinamento de escrita e de leitura simultaneamente, começando-se com palavras isoladas, depois pequenas expressões e, em seguida, frases curtas. A leitura de textos deve aparecer só depois que a criança já dispõe de boa habilidade de leitura e de escrita. O texto deve ficar para depois, não por dificuldades de produção oral do que está escrito, mas porque ele envolve outros aspectos lingüísticos, para os quais, a criança ainda não foi treinada, como por exemplo, acompanhar o desenvolvimento de uma idéia enquanto lê.

O aprendizado da leitura deve ser feito dando-se tempo à criança para:

1) reconhecer visualmente o valor de cada letra, 2) converter as letras em sons e processar as unidades fonéticas como sílabas, acentos, grupos tonais, entoação, etc., 3) treinar sozinha dizer o que programou, 4) dizer em voz alta o que é para ser lido. Mesmo em se tratando de pequenas frases, é necessário deixar a criança passar primeiro por essas etapas, memorizar a frase e depois dizer. Forçar a criança a acompanhar com os olhos à medida em que diz o que lê, é forçar o vício da soletração na leitura. A memorização em função de pequenos pedaços na leitura em voz alta é essencial para possibilitar o desencadeamento normal de produção oral da fala e para permitir o acompanhamento das idéias que o texto transmite. Procedendo assim a leitura será fluente e natural e a criança aprenderá a assimilar facilmente o conteúdo do que lê, desde as suas primeiras leituras.

Obviamente, quando o aluno começar a ler textos onde aparecem várias frases, ele necessitará de mais tempo para engatar uma frase na outra, e à medida em que se tornar mais hábil na leitura, essas pausas diminuirão até atingirem a duração requerida por uma leitura normal.

8. A leitura de material escrito ortograficamente terá um valor muito grande para o ensino da escrita ortográfica, evidentemente. Porém, essa forma só deve aparecer na escola depois que a criança dominou os princípios básicos da leitura e da escrita, isto é, depois que consegue

escrever algumas coisas (não precisa ser tudo) e ler esse mesmo material, utilizando-se do alfabeto proposto anteriormente. A graduação no ensino parece óbvia e inevitável. É lamentável que também se saiba muito pouco com segurança científica a respeito desse problema, para se estabelecer um roteiro de trabalho.

Na medida em que vai crescendo o número de palavras escritas ortograficamente, vai diminuindo o número de palavras escritas com o alfabeto da escola. Entretanto, este último não deve sumir da escola com a alfabetização do aluno. Ele será útil sempre que se quiser ou se precisar explicar problemas fonéticos de variação dialetológica, de regras gramaticais, como por exemplo, o plural em "s" e em "ch", a forma feminina de certas palavras com vogais "o" e "õ", etc.

Portanto, um dos usos mais fortes e proveitosos do alfabeto da escola, comparado com o alfabeto ortográfico da língua, será, por um lado, mostrar aos alunos como eles falam, a variedade de português de cada um, e por outro lado, como funciona o dialeto da escola, qual o padrão de pronúncia que o caracterizará, e como eles, alunos, poderão ser ensinados e se auto-corrigirem. A escrita, quer ortográfica, quer explicativa fonética, e a leitura contribuirão muito para o sucesso dessa empresa na escola.

Como se pode notar, a primeira leitura constitui uma tarefa muito complexa para a criança: ela deverá, em primeiro lugar, interpretar visualmente a es-

crita, em seguida, ativar todo o processo de produção oral da fala, desde o comando articulatório, até o controle do significado de algo pensado e formulado por outra pessoa. Além disso, deverá escolher o dialeto em que vai ler e se manter atento no que faz, para aprender ou reforçar o aprendizado da forma escrita que vê e corrigir possíveis falhas de interpretação de todas essas atividades. Acrescente-se a isto a perspectiva, que sempre terá, de receber uma correção qualquer por algum erro cometido, aumentando a complexidade da tarefa que deve realizar.

Se a escola não respeitar a complexidade desse trabalho, dando chance para a criança passar naturalmente de uma etapa a outra, o aprendizado da leitura poderá ficar seriamente comprometido. Uma grande parte das atividades da escola, e de um modo geral da busca de conhecimento de que precisamos durante a vida, depende da leitura. A leitura é uma técnica que vai estar funcionando ao longo de toda a nossa vida, como uma extensão da escola, do professor. É o grande meio de formação que se tem fora da escola.

Por isso, é de importância fundamental que todos aprendam a ler, a ler corretamente, a tirar todos os benefícios que a leitura pode trazer. Cabe à escola dar ao aluno tal ensinamento. Quem lê como deve terá menos problemas de escrita, de fala, de entender um problema de matemática, de pesquisar qualquer assunto de seu interesse.

9. A escola deve treinar o aluno, desde o início, a dominar as várias técnicas de leitura, como a leitura silenciosa rápida, a leitura oral normal, a leitura teatral expressiva, etc. Pessoas que demoram muito para ler em silêncio (por exemplo um livro), pessoas que só sabem ler articulando silenciosamente os sons, que se desligam do significado quando lêem em voz alta, etc., denotam que foram alfabetizadas erradamente. Mas a própria escola, que foi responsável por isto, vai depois exigir do aluno que ele seja capaz de se utilizar exaustivamente de todos os recursos que se pressupõem num bom leitor. Ele vai, então, ter um tempo curto para fazer uma leitura demorada segundo seus recursos, e além disso refletir sobre o conteúdo lido para resolver problemas, dar respostas, etc. Muitos problemas de aproveitamento escolar advêm da falta de treinamento adequado de leitura. Às vezes acontece, por exemplo, que certos alunos não conseguem se sair bem em provas de matemática (no primeiro grau ou na universidade), não porque desconhecem a matéria, mas porque não conseguem ler e entender o que se pergunta no curto espaço de tempo que têm para realizar a prova.

Até que ponto a escola faz um jogo claro e honesto com os alunos? Grande parte da crise da educação que, às vezes é atribuída às deficiências da criança (sic!), que são chamados de alunos carentes... não passa de uma grande desculpa amarela para justificar a incompetência da escola, de professores, da política educacio-

nal e sobretudo das escolas que formam professores.

10. Finalmente, um processo de alfabetização que queira levar em conta todos os aspectos levantados aqui, não poderá ser feito em um ano apenas. É um processo de etapas progressivas abrangendo os primeiros anos da escola com maior intensidade. Aliás, todo o ensino de português necessita ser melhor planejado e executado, senão continuaremos a ter alunos que estudam oito anos no curso de primeiro grau, três no de segundo grau, um ano de curso, e entram para a universidade sem um conhecimento básico, sólido da língua que falam, sem conseguir entender corretamente o que lêem, e com uma incompetência na linguagem escrita que é algo realmente assustador. Infelizmente, em muitas de nossas escolas, se dá um diploma de alfabetização no final do primeiro ano escolar da criança, e depois, todos os outros professores vão culpar a infeliz da professora de alfabetização pelos insucessos de seus ex-alunos diplomados, alfabetizados. Alfabetizar não é só saber a figura das letras e a fala da escrita. A fala, a escrita e a leitura são atividades muito mais complexas e vão requerer um treinamento ao longo de vários anos de escola. Se o aluno aprender um pouco a cada semestre, no final dos doze anos de estudo do português, ele saberá tudo o que precisa saber. Isto é óbvio e simples, mas não é a realidade que se vê em

nossas escolas, onde domina o caos do ensino da língua, e de onde os pobres alunos conseguem extrair o que podem e como podem.

Nota 1: Este trabalho representa idéias apresentadas num curso de reciclagem para professores que trabalham com alfabetização e que não tinham tido um contacto com a Lingüística moderna.